

12 ABR 1987
**Deputada diz
que não quer
estatizar TV**

Recife — Tida como maldita junto aos lobbies que se fornam na periferia da Constituinte para evitar que chegasse a relatora da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) avisa que não causará horror à iniciativa privada o relatório que vai preparar para votação da assembleia: "É o maior erro me chamarem de estatizante. Em relação às comunicações, sou antiestatizante. Só admito a pressão e a decisão da sociedade, com uma parcela mínima de participação do governo."

É com base nesse raciocínio que Cristina prepara a seguinte tese para defender na Constituinte: a criação de um Conselho Nacional de Comunicações ao qual caberá gerir o setor, aprovando concessões, pronunciando-se sobre as programações, mesmo que de forma genérica, e até resolvendo questões mais delicadas, como a de censura.

Cristina acha que é por esse conselho que se "democratizará a comunicação no país" e diz que o medo espalhado quanto à sua posição é um equívoco. Considera que as primeiras propostas feitas para o setor pela Fenaj — Federação Nacional dos Jornalistas — como a de que as empresas não devem ter lucro, são utópicas, e adianta: "Tenho consciência de que não estamos em um processo revolucionário. A Constituinte é soberana mas limitada pela correlação de forças de dentro e de fora do Congresso. Não vou fazer um relatório para ser derrotado. Farei o relatório que for possível a gente aprovar".

Do que já ouviu dos seus colegas de Constituinte, Cristina afirma que é ponto pacífico a criação do Conselho Nacional de Comunicações. Ela acha que este conselho, além de decidir sobre as concessões, deve também obrigar as redes nacionais de comunicação a reservar espaço diário a programações regionais.

ABUSO

— Há um abuso do poder da informação no Brasil — diz. — Hoje se conhece a Amazônia pelos filmes estrangeiros feitos por lá. Enquanto isso o que se produz em São Paulo e no Rio de Janeiro entra sem fronteira em todo o país. Estão assassinando as culturas regionais. A Amazônia não existe para eles e o Nordeste só aparece através de suas figuras folclóricas. Enquanto isso o país todo vê o Chacrinha.

Cristina entende que as concessões devem ser dadas à iniciativa privada — "a não ser que associações comunitárias ou universidades se interessem, tendo, portanto, a prioridade" —, mas é, a favor de que o sistema de TVs educativas permaneça nas mãos do Estado. Sobre a censura, acha que é atribuição de a sociedade resolver. Por isso considera que, da mesma forma que existirá um conselho nacional, conselho estaduais de comunicação devem ser criados para disciplinar coisas desse tipo.

CENSURA

— Minha ideia é de que a censura passe a ser classificatória. Sei que há nos Estados Unidos grupos sociais que se mobilizam para retirar programas do ar ou mudar o horário da apresentação de acordo com o interesse do grupo. Em áreas muito religiosas, por exemplo, este controle é mais severo. No Brasil pode-se pensar em coisas semelhantes. Afinal, seria mais prudente permitir que o próprio grupo social decidisse o que ver e ouvir do que dar essa prioridade a um delegado da Polícia Federal.

Para Cristina, os satélites devem ter exploração estatal: "O satélite não pode ser um domínio de empresas privadas. O Brasil está gastando bilhões para operar satélites que são alugados a empresas privadas, que por sua vez os realugam para outras empresas. Isto não pode acontecer pois o dinheiro é do povo brasileiro."

Convencida de que o conselho cuja criação vai propor à Constituinte é a melhor forma de encontrar uma saída para as comunicações do país de forma democrática, a deputada adianta que o governo deve ter uma participação pequena entre seus integrantes: "A maior parte deve vir dos grupos sociais que participam do setor — a Abert e a Associação dos Jornais, Fenaj, associação de professores de comunicações etc. — ou do próprio Congresso, através dos partidos políticos. A maior obra do governo na área de comunicação deve ser a de executar o que o conselho decidir", conclui.

Para que a nova legislação tenha o maior alcance possível, a deputada prepara um projeto para ser votado de imediato pelo Congresso sustentando a concessão de que qualquer canal de TV ou emissora de rádio até que a nova Constituição seja promulgada.